
ICANN85 Mumbai | Fórum da Comunidade – Encontro conjunto: GAC e Conselho da GNSO
Domingo, 8 de março de 2026 – 13h15 às 14h30 IST

MODERADOR

Bem-vindos à reunião com a GNSO. 13h15. Esta sessão está sendo gravada e se rege pelos padrões da ICANN, o Código de Conduta dos participantes da ICANN e a política anti-assédio também.

Perguntas e comentários escritos no chat vão ser lidos em voz alta se estão feitos de forma certa. Se vocês quiserem falar, por favor, avisem qual é o idioma, se não for inglês, e que seja no ritmo razoável para permitir uma interpretação certa. E vejam de silenciar todos os dispositivos quando estiverem falando. Para esta sessão vão encontrar todas as ferramentas na barra de ferramentas. Agora passamos a palavra para o vice-presidente do GAC, Ian Sheldon.

IAN SHELDON

Sou um dos atuais vice-presidentes do GAC. Espero que tenham desfrutado da pausa para o almoço e que estejam prontos para essa conversa com a GNSO. Vamos fazer uma rodada rápida de apresentações, se estiverem de acordo. Passamos a palavra para a Susan.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

SUSAN PAYNE

Boa tarde, sou presidente da GNSO para o ano atual. Agradeço ser recebida. Estou muito grata de estar aqui presente na sessão.

JENNIFER CHUNG

Oi, sou Jen Chung, sou vice-presidente do Conselho da GNSO. Sou responsável pela mitigação do uso indevido do DNS.

ASHLEY HEINEMAN

Oi, sou Ashley Heineman e represento o grupo de partes interessadas dos registradores e não tenho nenhum outro título importante para dizer também. Estou na parte de pedidos urgentes e credenciamento.

SEBASTIEN DUCOS

Oi, sou Sebastien Ducos, coordenador de ligação entre GNSO e o GAC. E temos dois participantes no dia de hoje que deveriam se unir. Demetrio e Bruna dos Santos, que vão se unir de forma remota e vão falar sobre direitos humanos.

IAN SHELDON

Bom, obrigado. Vamos passar para o próximo slide. Próximo slide.

JENNIFER CHUNG

Vamos direto no assunto. Vamos falar da mitigação do uso indevido do DNS. Agradecemos, desde o Conselho da GNSO ao GAC, por oferecer especialistas, observadores, membros substitutos, para trabalhar nesse assunto que é de tanto interesse.

Temos duas reuniões que foram celebradas ontem, mas de natureza administrativa, e também uma para ver como podíamos estabelecer um consenso a respeito do tamanho do grupo, para poder ver como podíamos trabalhar no PDP de forma eficiente.

E é uma moção apresentada para a aprovação desse trabalho. Isso foi enviado por Paul McGrady, que é o presidente eleito para esse EPDP. O GAC recebeu o convite para fazer as suas contribuições. Vocês sabem que nós queremos que o GAC trabalhasse especificamente sobre isso. Então, o pedido que tivemos, acho que foi que fizessem comentários até 20 de março.

Esperamos receber todas as contribuições para essa data. Mais uma vez, esse tema de alto interesse para todos os que estamos nessa sala e também para a comunidade da ICANN, todos os olhos estão focados nisso, as expectativas no nível da comunidade com relação às verificações de domínios associados ao PDP, para poder estabelecer e produzir recomendações que sejam implementáveis com prazo efetivo.

Ontem tivemos a primeira sessão desse grupo de trabalho, tentando ver a nossa linha de tempo, de trabalho, e recebemos todos os comentários, sugestões, contribuições, com agrado, que permitam levar adiante essa tarefa de forma construtiva, eficiente, para produzir resultados implementáveis. O relatório inicial será publicado em abril de 2027. Isso, obviamente, vai depender do avanço no grupo de trabalho, as deliberações poderiam acabar antes, mas todos vamos estabelecer essa interação com a

comunidade para determinar os nossos prazos, tempos, e o Conselho vai aprová-lo como parte do plano de trabalho.

Ouvi perguntas que recebemos ontem sobre o PDP2. E na moção que o Conselho aprovou em finais do ano passado, quando começamos com essa tarefa, foram decididos os tempos dependendo do avanço do primeiro PDP. Então, temos que prestar bastante atenção. Houve uma sugestão também nas sessões de trabalho dentro do Conselho a respeito de que poderíamos ver como seria a carta orgânica do PDP2 para que o trabalho seja eficiente, efetivo, mas isso, logicamente, vai depender do avanço dos recursos disponíveis e a questão do relatório de questões, isso já foi redigido para permitir ao Conselho continuar tomando medidas para contra-arrestar e mitigar o uso indevido do DNS.

Nós devemos considerar todas as contribuições, que nada fique por aí perdido, para ver como podemos priorizar o nosso trabalho. Estivemos falando de uma metodologia para priorizar o trabalho e uso indevido do DNS e a sua mitigação deve ser considerada quando estabelecemos essa metodologia.

IAN SHELDON

Obrigado, Jen. Acho que respondeu basicamente todas as perguntas que estavam no slide anterior. Não sei se há perguntas por parte dos colegas do GAC. Nesse ponto, Nigel.

NIGEL CASSIMIRE

Fala Nigel Cassimire, da CTU. Obrigado, Ian. Bem-vinda novamente, Ashley. Jen falou sobre o prazo de um ano. E um desses PDPs limitados que seria levado adiante de forma expeditiva, por isso o período é de um ano?

JENNIFER CHUNG

Fala, Jen. Obrigada, Nigel, pela pergunta. Eu acho que há muita vontade dentro da comunidade para ter um PDP focado e o PDP sobre as verificações de domínios associados, se vocês virem a carta orgânica e as perguntas vinculadas com ela, realmente aí se concentra basicamente num só assunto num só tópico.

Se vemos a versão preliminar do plano de trabalho, observamos que existe uma abordagem muito conservadora. Esses seriam os limites dos prazos. Paul McGrady, como presidente eleito, ontem disse que a única forma em que poderíamos ir é indo para trás, ou seja, limitando os prazos. Então, se podemos acabar o trabalho e analisar todas as perguntas de forma eficiente e eficaz, e fazer tudo o necessário para chegar a formular recomendações, incluídas as verificações sobre avaliação de impacto de direitos humanos, o quadro de política pública e os impactos na proteção de dados.

Acho que não há nada que impeça para tentar encurtar ou abreviar os tempos.

NIGEL CASSIMIRE

Me permite uma pergunta que está relacionada, deveríamos ter recursos adicionais da ICANN para abreviá-lo?

JENNIFER CHUNG

Não posso falar em nome do pessoal de apoio da ICANN, mas antes desse PDP e durante o lançamento do PDP, sempre mencionaram que vão destinar todos os recursos disponíveis para permitir na comunidade trabalhar de forma eficaz.

IAN SHELDON

Obrigado Jen. Nigel. Gemma, da Comissão Europeia.

GEMMA CAROLILLO

Fala Gemma Carolillo, da Comissão Europeia. Obrigada, Jen, por responder essas perguntas que nós tínhamos propostos a partir do GAC.

Quero dizer primeiro que estamos muito contentes de ver que esse desenvolvimento de política já está iniciando de boa maneira. O GAC está envolvido plenamente nesse processo. Há vários membros, colegas que estão participando, como foi indicado, já desde seus inícios nesse processo de desenvolvimento de políticas, mas eu queria também estar de acordo com o que disse meu colega Nigel, no sentido de que nós estivemos um pouco surpresos vendo os prazos e a linha de tempo proposta.

Entendemos agora que é a opção de máxima, mas considerando que esse assunto, esse tópico, foi escolhido por consenso na comunidade, como aquilo ao qual podíamos nos encaminhar e tendo em conta que a comunidade deve prever os recursos para esse PDP. Queremos dizer que seria bom rever essa linha de tempo.

Não vamos dizer que o PDP vai acabar em um mês, mas, inclusive, para fins de planejamento de recursos, o relatório final se espera depois dos comentários públicos em setembro de 2027.

Mas, para nós, esse é um prazo muito conservador, considerando os assuntos e o compromisso mostrado por todas as partes da comunidade. A pergunta é se será considerado rever os prazos e, em segundo lugar, seria interessante saber se estão desenvolvendo uma metodologia para trabalhar nos assuntos de importância relativos ao uso indevido do DNS, como parte do relatório de questões, e queremos saber mais e aprender mais sobre prazos para tratar esses outros assuntos como parte da metodologia que está em desenvolvimento. Obrigada.

JENNIFER CHUNG

Obrigada, Gemma, pelas suas perguntas.

Mais uma vez, acho que houve muito desgaste durante a primeira reunião administrativa, dissemos que iríamos analisar todos os recursos disponíveis, considerando a cadência das reuniões do grupo de trabalho e todas as tarefas que iam assumir os participantes para ter um trabalho assíncrono também. Acho que com o PDP, sobre as verificações do domínio associado, essa é a forma que vamos trabalhar.

Quanto à metodologia, estamos tentando ter uma metodologia de priorização para ver quais as tarefas que possam estar em desenvolvimento para o Conselho. Quer dizer que não nos concentramos apenas na mitigação do uso indevido do DNS, que é

um assunto prioritário para o Conselho e toda a comunidade, principalmente para o GAC.

Quando chegarmos a esse ponto, será bom fazer esse exercício. Não estou falando em nome do Conselho nesse momento, porque temos que conversar sobre isso, ainda não discutimos plenamente como esse mecanismo é de priorização e cobrança, teria forma, mas espero que quando tenhamos alguma coisa dessas, possamos ver os temas do uso indevido do DNS quando chegar o momento. Espero que isso seja suficiente pelo momento.

SUSAN PAYNE

Acho que para aqueles que não viram no programa, vale a pena mencionar que os diferentes grupos de partes interessadas e unidades constitutivas, além do Conselho da GNSO, estão fazendo seu próprio trabalho. E do lado das partes contratadas da GNSO, em particular, há um grupo de trabalho onde fazem um trabalho de difusão externa, de maneira periódica, e uma sessão nesse horário vai se dar na quarta-feira e vai informar a comunidade sobre os assuntos tópicos de algoritmos, geradores de domínios, que é o tema de Prioridade 3, que foi identificado no recente relatório de questões.

Então, seria de interesse para vocês assistirem, se estiverem livres, ou escutar depois a gravação. E deveria falar sobre o grupo de trabalho que vai ter a sua própria reunião sobre as pesquisas em relação com o uso indevido do DNS. Talvez isso possa ser interessante, mais prático, e a oportunidade de ter alguns

exemplos para que o grupo também tenha alguma interação e veja quais seriam as avaliações nesse tipo de situações.

É uma sessão que foi realizada em Praga, se não me engano, e que teve muito bom recebimento. Então, assim eram algumas sessões.

IAN SHELDON

Algumas perguntas estão sendo feitas no chat. Vamos tentar seguir adiante, se possível. Índia.

SUSHIL PAL

Eu sou Sushil, da Índia. Muito obrigado pelas informações. O PDP atual está seguindo seu próprio processo, como outros, e qualquer impacto no PDP precisaria, visto um ano depois, mas é importante informar sobre o abuso do DNS. Se nós não nos enfocarmos no DNS, não queremos interferir no processo do PDP da GNSO.

Mas algumas coisas têm impacto sobre o abuso do DNS. A redução do prazo para verificação do dado de registro, a verificação dos dados do registrador pode ser feita através da ativação do domínio. Isso seria muito rápido e o relatório de problemas mostrou como os atores maliciosos não se importam com a validação. Então, eu acho que isso teria um impacto imediato sobre o abuso do DNS. E como é que nós fazemos isso? A GNSO pode nos orientar.

E um resultado tangível é abordar a transparência no mecanismo de denúncias. E não há uma centralização, não temos a visibilidade do que está sendo feito. E não há nenhuma relatoria obrigatória.

Então, é algo que uma pequena empresa faz, que tenha parâmetros-chave. Eu acho que a ICANN e a GNSO tem que utilizar o abuso do DNS como parâmetro-chave de desempenho. Então, essa relatoria obrigatória pode ser feita. Então, isso pode decidir se é possível fazer o registro ou não.

JENNIFER CHUNG

Muito obrigada, Índia. Eu peço que vocês leiam o relatório final. Então, temos os dois primeiros PDPs, que já começaram, e o segundo, se nós olharmos a carta orgânica, a Susan também mencionou o DGS. Então, a questão que foi levada pelas partes contratadas, alguns tópicos prioritários foram mencionados, e isso não vai cair no vazio. Nós vamos verificar isso no conselho.

Pode haver uma interação do pequeno grupo sobre abuso do DNS. Então, isso depende da eficiência desse início do PDP e isso pode dar um mapa de como fazer recomendações implementáveis num cronograma ou num prazo definido. Esses são temas que vamos tratar. Se olharmos a carta orgânica é bastante restrita, talvez não seja incluído, porque talvez isso necessite de um outro PDP no futuro.

Então, lembro que no relatório final de problemas, todos os tópicos prioritários não foram deixados de lado, e isso vai nos informar como foi a eficiência do primeiro PDP, e poderíamos usar um mapa de como lidar com outros temas de abuso do DNS.

SUSHIL PAL

Você está falando de ações específicas. Eu já estou trabalhando nisso há três anos, mas não teve nenhuma ação que consiga reduzir o abuso do DNS. Então, todo mundo sabe o que tem que fazer agora. Como? Esse é o grande problema. Eu acho que a verificação tem um impacto tangível, pode ser feito imediatamente, não precisaria um PDP.

As partes contratadas são uma das partes interessadas da GNSO. Então, será que as partes contratadas poderiam, então, estar abertas a essa emenda do contrato?

ASHLEY HEINEMAN

Eu sou a Ashley, represento os registradores, e em termos de uma relatoria centralizada, já existe isso, não através da ICANN, mas da NetBeacon.

SUSHIL PAL

O NetBeacon é um relatório por amostra e não amplo. É ad hoc, nós queremos ações sistêmicas na ICANN para combater o abuso do DNS. Então, não podemos que haja um NetBeacon agora e um próximo relatório daqui a cinco anos.

GRAEME BUNTON

Eu sou o diretor do NetBeacon. Eu não vou entrar em detalhes do que fazemos agora. Esse relatório do NetBeacon é aberto, qualquer um pode usar. Relata todos os registradores de gTLDs e alguns

ccTLDs, tem um API que pode ser usado todos os dias. Nós aceitamos ou recebemos centenas de relatórios de abuso ou de denúncias de abuso, mais de mil por mês.

IAN SHELDON

Eu acho que essa discussão é muito interessante. E eu acho que o GAC deve monitorar isso. Eu acho que o GAC e a GNSO podem continuar a conversar sobre isso. E acho que temos que entrar em contato e conversar entre as reuniões da ICANN. Temos que continuar essa discussão e encontrar solução. Eu vi que alguém levantou a mão.

SUSAN CHALMERS

Muito obrigada. Susan Chalmers, dos Estados Unidos. Eu gostaria de agradecer à GNSO por seu trabalho sobre o abuso do DNS. Nós lançamos esse PDP nessa reunião. E apoiamos a ideia que talvez isso seja um mapa ou um padrão para futuros PDPs e gostaria só de agradecer e gostaríamos então de participar desse trabalho daqui para diante.

IAN SHELDON

Então passamos para o próximo item da agenda, o RDRS e SSAD. Então, o GAC agradece essa análise sobre o RDRS e tem expectativas que essas iniciativas atinjam resultados rapidamente. O GAC também observa que há grande alinhamento dos conceitos, alinhamento de políticas, e quais os passos que o Conselho da

GNSO poderia tomar imediatamente para progredir em relação aos resultados RDRS.

SAMANTHA DEMETRIOU

O conselho da GNSO progrediu na discussão das próximas etapas das recomendações originais de políticas em relação ao sistema padronizado de acesso ou divulgação. O que nós decidimos nos últimos meses, incluindo na sessão de políticas estratégicas e nossa reunião de fevereiro, nós aceitamos e seguimos as recomendações do Comitê Permanente do RDRS.

A recomendação ou solicitação que a diretoria da ICANN não adote as recomendações originais. Isso abre o caminho para que se elaborem outras recomendações. E isso está nos estatutos da ICANN. E essa é a mesma via utilizada quando a diretoria não adota certas recomendações de políticas dos procedimentos de novos gTLDs.

Isso permitiria que o Conselho fizesse mais recomendações. Embora a GNSO não tenha atingido consenso de como se envolver nesse processo, nós acordamos que vamos envolver alguns especialistas da comunidade mais ampla da ICANN, mas esse processo será muito específico para recomendações do SSAD e não abrir um novo PDP.

E também vamos ver qual será o relatório final do Comitê Permanente do RDRS para como fazer as recomendações. Se essas recomendações iniciais devem ser modificadas ou permanecer como estão. Então, a ideia é olhar tudo como um pacote completo.

Considerar como um todo unificado. Quanto a como esse processo está ocorrendo, o RDRS vai continuar a operar, em geral, como até agora.

E conversamos com a diretoria, esse processo está delineado, numa carta que o Conselho da GNSO enviou em setembro ao presidente da diretoria. Então, a ideia é não abrir um novo PDP, mas usar o relatório final do Comitê Permanente do RDRS. Então, isso poderia durar meses e não estender esse prazo por mais um ano. Então, isso é mais ou menos o que aconteceu desde a última reunião da ICANN, e estamos abertos a perguntas.

IAN SHELDON

Há alguma pergunta? Então, eu ainda não vi a carta. Índia, novamente.

SUSHIL PAL

Um comentário sobre as recomendações suplementares. Nós já trabalhamos há muito tempo no piloto do RDRS. Então, não tivemos a participação dos registradores, o que prejudica a integridade do sistema. Eu acho que nós temos que examinar as políticas que examinem a participação obrigatória dos registradores nessa plataforma, porque senão isso vai permanecer fragmentado.

SAMANTHA DEMETRIOU

Bom, como já disse, todas as recomendações originais para o sistema de acesso padronizado vão se considerar como um pacote,

e esse é um dos aspectos que vai surgir das nossas deliberações futuras. Então, agradeço o comentário.

OWEN FLETCHER

Sou representante de substituto suplente. Obrigado pela informação que acabam de compartilhar. Nós apoiamos esse procedimento para o Board, para que as recomendações voltem à GNSO e possam ser revistas para se alinhar com o que pode ser, por exemplo, o relatório final do Comitê Permanente e vamos ver análise de movimento de política a respeito do RDRS para encorajar no que podem ser os próximos passos.

SAMANTHA DEMETRIOU

Obrigada.

IAN SHELDON

Bom, Há uma mão levantada, acho que é do Volker.

VOLKER GREIMANN

Volker Greimann, de registradores, representando a GNSO. Eu gostaria de indicar algo menor com RDRS, e realmente é um sistema difícil de operar. Com isso, o que eu quero dizer é que nós, como registradores, em verdade, não antecipamos algumas dessas coisas durante o ano. E a questão que nos leva a responder um pedido no RDRS, podemos ter ou receber pedidos de divulgação diretos.

Então, não precisamos que tudo leve RDRS, porque podemos fazê-lo de forma mais rápida se recebemos de forma direta. Então, se isso pode ser facilitado, de forma que seja mais fácil operacionalmente, poderíamos nos reunir ou aceitar esse assunto, mas pelo momento não é assim, é por isso que não estamos participando.

SUSAN PAYNE

Acho que falaram do Comitê Permanente do RDRS, então as recomendações feitas pelo Comitê, comparado com os detalhes que têm a ver com as recomendações de políticas de SSAC, que estabeleciam qual podia ser o caminho provável. Esse grupo também analisou diferentes melhorias recomendadas para o RDRS, para que pudesse abordar esse tipo de operações e ver como isso tudo pode ser levado em conta.

SEBASTIEN DUCOS

Não falo como coordenador do grupo, mas eu fui presidente durante três anos. Então, para considerar os comentários feitos e os comentários feitos pela Índia também, o desenvolvimento de um processo que seja lento não tem sentido para os operadores. Temos 20 sistemas diferentes coletando os dados. Não é um bom modelo para padronizar.

Uma das recomendações era que se não participam, pelo menos tem que conectar com a gente para ver os relatórios ou resultados, para centralizar os relatórios e ter um RDRS que tenha um panorama geral da situação, e que possam informar o uso indevido

disso e não tornar mais lentos todos os registradores. Então, os que têm o seu próprio sistema e desenvolveram para ganhar eficiência e poder também gerenciar o tráfego que recebem.

SUSHIL PAL

Obrigado pelo esclarecimento. Acho que, considerando que o RDRS foi um piloto não muito eficiente, porque já passaram vários anos e há consenso, e falamos também com registradores, e eu sei que existem desafios que eles têm com o RDRS, e o mesmo pode ser aplicado ao SSAC que não respondem a única pergunta, de que é o que conseguimos nesse piloto de três anos, porque vamos adiá-lo mais alguns anos.

Então, acho que é necessário um mecanismo centralizado. Pode se chamar RCSAC, RDS, mas pode ter um só registrador, mas precisamos de um relatório que capte tudo. Pode ser um modelo que realize uma troca através de um app, mas precisamos ter um relatório completo de todos. Obrigado.

SUSAN PAYNE

Acho que se estou entendendo de forma certa, o que vocês querem é que o sistema seja utilizado por todos, e esse elemento da obrigatoriedade é algo importante, porque se é adoção voluntária, não é ótimo.

IAN SHELDON

Alguma outra pergunta? Acho que houve uma pergunta no chat, que acho que foi respondida. E agora podemos passar para o próximo ponto da agenda. Muito bom.

Se não houver mais perguntas, passamos para os pedidos urgentes.

Bom, o GAC agradece a GNSO pela divulgação de dados de registo pública. Tal como foi expresso tanto no IRT quanto no comentário público apresentado pelo GAC, o GAC apoia o texto de compromisso atual que estabelece um prazo de 24 horas com a possível extensão de até 72 horas em circunstâncias excecionais ou força maior.

O GAC aspira que seja finalizada a redação da política sobre pedidos urgentes de informação. O GAC continua preocupado com as incertezas de mecanismos de autenticação para os organismos da lei que poderiam precisar de um desenvolvimento de políticas diferentes. O Board abriu caminhos para autenticar um processo melhor.

A GNSO sabe que o trabalho do PSWG para estabelecer um mecanismo de autenticação continua e avança bem com a participação ativa de membros da comunidade da ICANN e as partes contratadas.

ASHLEY HEINEMAN

Muito obrigado. Quero agradecer ao GAC e aos organismos de aplicação da lei pelo trabalho feito com relação à autenticação. E

queria também apontar que em várias ocasiões quando se fala em jurisdições, se escutou dizer que há uma compreensão junto com o GAC, e o Organismo de Aplicação da Lei, que quando é questão de jurisdição registradores vão ter que considerar isso quando revejam os pedidos que chegarem pelo sistema.

Se houver alguma outra pergunta com relação ao tema da jurisdição, queremos vê-lo com vocês hoje. Também tivemos conversas com relação a como proceder, em particular, a respeito dos pedidos urgentes de informação e a recomendação sobre esses pedidos. Existe um acordo geral dentro do Conselho quanto a que os prazos têm que estar publicados para podermos avançar.

Quando for a questão da autenticação e do sistema que ainda está em desenvolvimento, o pessoal da ICANN nos forneceu opções potencialmente úteis no que diz respeito a como avançar, principalmente em matéria de política. Como entendo eu, que há uma opção que vai se encarregar da implementação, que é a opção que prefere o GAC, há outras opções que incluem ver as recomendações do SSAC, ver se são adotadas ou não.

Em realidade, se não fossem adotadas, passariam para o Conselho da GNSO novamente para fazer alguma recomendação, mas qualquer recomendação de política complementar se desenvolveria conforme essa base. E em terceiro lugar, um processo de prova, porque pode ser que haja algumas recomendações aprovadas, mas que possam ser complicadas e

que não fiquem muito claras, que é o que pode acontecer quando é utilizado o processo pela primeira vez.

O Conselho ainda não tomou uma decisão, mas está mais para o lado de publicar os prazos para os pedidos urgentes de informação e utilizar essa segunda opção de, se for necessário, fazer algum ajuste complementar perante o desenvolvimento do sistema de acreditação. Isso seria, de forma breve, em lugar de desenvolver todo um processo novo de política, isso abordaria as preocupações e a necessidade de continuar trabalhando em matéria política, mas sem utilizar tanto tempo.

E tendo dito isso, quero conhecer a opinião do GAC e dos organismos de aplicação da lei no que tange ao estado do desenvolvimento do sistema de acreditação. Entendo que poderíamos obter alguns detalhes adicionais. Talvez Gabriel Andrews possa informar.

GABRIEL ANDREWS

Fala Gabriel Andrews do governo dos Estados Unidos, também falando como co-presidente do Grupo de Trabalho de Segurança Pública. Tivemos conversas periódicas faz tempo com os organismos de aplicação da lei, o pessoal da organização da ICANN para ver um organismo de autenticação a utilizar para ver a identidade daqueles que solicitam informação.

Mas antes de avançar, quero saber se temos um gráfico que eu providenciei para ver se podia ser incorporado nos slides. Acho útil mostrar esse gráfico, senão podem informar, dizer alguma coisa, não está? Bom, está aí a espera. Continuo falando enquanto vão preparando. Então, em nível geral, estamos falando aqui de autenticação, e tenho que enfatizar isso, não é autorização.

A diferença é que aqui só queremos comprovar que a pessoa com a qual estamos falando é quem diz que é, e não que estamos falando sobre direitos ou permissão, que é algo diferente. Estamos analisando dois modelos de uso possível. O primeiro, utilizar portais já existentes dos organismos de aplicação da lei ou portais aspiracionais que poderiam nos conectar diretamente com o RDRS.

E o segundo movimento, aqui está o gráfico.

O uso dos portais dos organismos de aplicação da lei está nos levando a um consenso com uma maneira certa de abordar isso para ter um mecanismo de autenticação. Depois vou falar de uma solução no curto prazo que não tem o mesmo grau de robustez. Aqui estamos falando de duas opções, mas essa onde parece se concentrar a maior parte dos esforços.

A noção é que temos um funcionário de um organismo de aplicação da lei que pode se conectar a um portal com diferentes serviços. Um deles poderia ser a RDRS da ICANN, poderia se conectar utilizando as suas credenciais como funcionário e podia conectar diretamente ao sistema do RDRS e haveria uma

autenticação para poder continuar avançando. E a partir daí, tudo continua em andamento.

Como se faz um pedido para RDRS? Tem que fornecer toda a informação. Se mudar a informação com o tempo, haverá outras perguntas. Quando o solicitante já tiver passado pelo controle desses dados, vai ter autenticação e vai dizer que o pedido é normal e se pode divulgá-lo ou não, e pode apresentar uma resposta que chegaria a esse funcionário, provavelmente por e-mail. E esses campos no e-mail estariam validados através de um token.

E a segunda opção precisa de certa colaboração com o pessoal da ICANN e com os Estados Unidos. Isso vai ser falado mais na sessão sobre dados de registro da terça-feira, tem a ver com os esforços para criar esse portal de Interpol. Estamos pensando em fornecer listas de órgãos da lei conhecidos e seus domínios associados que podem ser usados.

Então, quando esse órgão faz o login no RDRS e seleciona uma solicitação, a ICANN poderia verificar que esse endereço de e-mail é de fato autêntico e isso pode ser usado na avaliação. Mas isso não é a mesma coisa que autenticação de fato. Tem alguns problemas. Eu sei que a ICANN tem conversado com os registradores e ver qual seria a utilidade desse modelo.

Então, essa foi uma revisão geral. Nós achamos na última chamada que seria bom compartilhar essas informações e esses diagramas. E eu estou aqui disponível para outras perguntas.

IAN SHELDON

Alguma pergunta para a Ashley ou para o Gabe?

VOLKER GREIMANN

Eu queria perguntar para o Gabe. Tudo é melhor do que nada e nada é o que nós temos agora. Como os registradores estão em diferentes jurisdições, nós não sabemos que tipo de aplicação da lei poderá ser utilizada. Então, por isso, eu gostaria de ter uma lista de quem via confirmado, não seria um passo melhor do que não ter nada como temos agora.

GEMMA CAROLILLO

Voltando ao que a Ashley apresentou. Tenho três questões. A primeira é que ficamos muito satisfeitos que a GNSO e espera que a política será finalizada no prazo. Então, fizemos discussões bilaterais e também fico feliz em saber que há esse mecanismo de discussão trilateral poderia ser tratado como uma questão de implementação.

Eu gostaria de destacar que há interesse do GAC em obter informações ou participar nas próximas etapas da GNSO em relação ao SSAD, como a questão das recomendações complementares. E a terceira parte. Vamos tentar responder rapidamente à questão da jurisdição. Nós discutimos a jurisdição em algumas ocasiões na equipe de revisão de implementação.

O GAC sabe que a jurisdição é um dos temas que as partes contratadas levam em conta ao abordar a solicitação de

divulgação. E nós achamos que a jurisdição aplicável deve ser aplicada independente da urgência ou não da solicitação. E a política de registro de dados da ICANN já leva em conta a jurisdição. Então, quanto aos problemas do GAC, de qual seria cada caso em relação a cada jurisdição e qual seria o possível impacto sobre solicitações urgentes. Nós achamos que isso deva ser relativo à jurisdição geral.

ASHLEY HEINEMAN

Muito obrigada, Gemma. Nós concordamos com o que você diz, mas eu tenho uma pergunta. Você observou que a abordagem do SSAD para lidar com recomendações complementares é um possível caminho, mas eu não ouvi a pergunta.

GEMMA CAROLILLO

Desculpe. A questão dessa preparação das recomendações complementares depende da GNSO, assim como todo o trabalho preparatório. Então, como é que o GAC poderia se sincronizar a esse processo, especialmente em relação às solicitações urgentes, que é um tema essencial.

SUSAN PAYNE

Eu posso responder. A estrutura precisa do grupo de trabalho que vamos utilizar. Isso ainda deve ser discutido. Nós vamos conversar isso mais tarde. Na quinta de manhã teremos uma plenária e que será aberta, e quem quiser pode participar. Mas, como princípio geral, é que hoje, ao começarmos o nosso processo de elaboração

de política, sempre tentamos convidar o GAC a participar, e também o AtLarge.

Quando nós fizemos a iniciativa de recomendações complementares do Subpro, estava aberto ao GAC que enviasse especialistas, se quisessem, da mesma forma o comitê permanente. Tinha membros do GAC também. Nós agradecemos a participação do GAC nisto.

IAN SHELDON

Tem mais uma pessoa.

LAWRENCE
ROBERTS

OLAWALE- Quero fazer uma pergunta. Sou Lawrence. Sou representante comercial na GNSO. O Gabe falou disso. Esse prazo curto para solicitações urgentes, nós começamos a discutir isso há dois anos. Isso seria, então, um passo adiante, mas o plano de longo prazo está se tornando cada vez mais um plano de curto prazo.

Então, vocês coletam e-mails, os e-mails são validados pelos órgãos da lei. Há algo que o conselho do GNSO possa ajudar a acelerar esse processo como um plano provisório para que os endereços de e-mail sejam já coletados e comecem a ser utilizados no RDRS. Como é que podemos ajudar?

GABRIEL ANDREWS

Em resumo, eu acho que você está certo que nós achávamos que no início seria uma solução rápida e mais fácil de curto prazo, mas

por diferentes razões não foi tão fácil de implementar. A ICANN Org, que seria o primeiro intermediário não funcionou. É importante, se nós acharmos que isso for útil, a mensagem seja comunicada a ICANN Org.

E ainda estamos solicitando essa contribuição, especialmente do grupo de registrador que participou no RDRS. Nesta sessão, na terça-feira, o membro da ICANN Org vai participar nesta ocasião. Eu reconheço que há um número limitado de funcionários que possam realizar o trabalho que solicitamos. Há outros projetos importantes durante este ano, então haverá uma decisão sobre o que vai ser feito e quanto, mas eu agradeço muito a colaboração da ICANN Org até agora, e que é essencial.

IAN SHELDON

Então, passamos para o último item da agenda. Eu vou ler os slides.

Artigo 17, que tem a ver com o direito de um indivíduo não ser defraudado e 27 da Declaração dos Direitos Humanos, que inclui copyright e marca registrada e compromisso de segurança e estabilidade nos estatutos podem ser levados em conta em qualquer HRIA. Esses podem ser realizados usando um modelo para os grupos de trabalho, e não precisa ser terceirizado.

Quanto à solicitação da GNSO, que como GAC planejamos fazer essa análise. A liderança da GNSO, no dia 15 de janeiro de 2026, solicitou à GNSO que nos informassem sobre os procedimentos específicos que foram adotados. Nós queremos saber qual é a base dessa discussão e vamos tentar responder de forma abrangente,

porque esse documento precisa ser adaptado a questões específicas da ICANN.

De qualquer forma, o modelo acordado pelo GAC consiste em avaliar o HRIA apenas quanto à decisão de políticas, mas não quanto aos procedimentos internos do GAC. O próximo exemplo de HRIA aplicado às políticas da ICANN é a discussão de abuso do DNS em que o GAC está envolvido e tem um grupo específico que é um componente de direitos humanos, as suas política e suas implicações.

Com base nas práticas desse grupo de trabalho e na posição acordada pela liderança do GAC em 2024, não há nenhuma intenção de aplicar o HRIA a outras atividades do GAC. É claro, ao tornar o HRIA GAC, com a ajuda do grupo de trabalho, vai levar em conta o artigo 17 e 27 da Declaração de Direitos Humanos e os valores de segurança e estabilidade do Compromisso de Segurança e Estabilidade dos Estatutos da ICANN, e isso poderia ser usado como orientação da lista de verificação.

Então, no caso de haver conflito de direitos, o GAC considera a possibilidade de trazer especialistas relevantes não só autoridades de proteção de dados ou especialistas em direito aos humanos, mas especialistas, dependendo da natureza da questão. O grupo já está trabalhando com parceiros, como a Unesco e o Conselho da Europa, exatamente para termos a perspectiva de trazer essa expertise.

BRUNA SANTOS

Eu espero que o meu áudio esteja funcionando. Eu acho que o principal objetivo foi trazer isso, chamar a atenção do GAC sobre a especialização em direitos humanos. Quanto ao PDP, do abuso de DNS, e na sessão inicial, tivemos algumas questões iniciais. O que levaria em conta o interesse público, os direitos humanos, é importante colocar no PDP de direitos humanos os efeitos sobre o direito à privacidade, liberdade de expressão, por exemplo.

Então, é importante manter essa conversa entre a GNSO e o GAC sobre esses temas, e quando quiserem ou for necessário, vocês podem entrar em contato conosco. E eu gostaria de agregar, eu sei que vocês sabem disso, nas reuniões do passado, tentando fazer essa avaliação dos direitos humanos, o HRIA dos comunicués.

Embora não seja parte do seu trabalho, seria bom obter um feedback de vocês sobre isso. Dizer, bom, essa era uma iniciativa em andamento. E nós estamos defendendo isso dentro do conselho da GNSO e estamos aqui à disposição para ajudar. Eu acho que precisamos de especialistas nesse momento e ter esse compromisso. E muitas dessas discussões do PDP, isso eu acho que vai ir muito mais adiante, muito além das solicitações das forças da lei. E se vocês tiverem alguma pergunta, eu posso conversar.

IAN SHELDON

Alguma pergunta? Alguém está pedindo a palavra. Não estou vendo nenhum. Quero ver se no chat alguém escreveu alguma coisa. Bom, acho que podemos avançar, então. E acho que

chegamos a outros temas, a outros assuntos. Desculpe. Uma mão de Gemma.

GEMMA CAROLILLO

Mas é para outros assuntos, então eu posso esperar.

IAN SHELDON

Bom, antes de passar a palavra, acho que existe um anúncio para fazer. Não sei se querem fazer agora ou depois. Passo a palavra para a Gemma.

GEMMA CAROLILLO

Obrigada pela oportunidade, mas é um breve tema, eu sei que não está na agenda do dia de hoje, mas sim, vamos discuti-lo no GAC, sei que alguns representantes da GNSO, na quarta-feira e aí quero falar do QRDP ou a política para resolução de disputas e acho que gostaríamos de escutar falar da OMP sobre a revisão desse assunto.

E entre outros pontos também acho que podemos fazer uma ligação para a GNSO para aceitar a liderança e decida o que fazer sobre alguns aspectos do relatório principalmente um que tinha a ver com uma ampliação do alcance ou do escopo do UDRP em relação com outros assuntos que foram considerados importantes pela comunidade, inclusive que é importante para a União Europeia e para outros que têm a ver com os indicadores geográficos, mas há outros fatores.

A pergunta é, A GNSO teve a oportunidade de falar sobre esse assunto? Porque isso foi enviado à GNSO para tomar uma decisão e queremos saber se há novidades sobre esse tema. E, se não for possível dizê-lo hoje, gostaríamos de que, na quarta-feira, comentassem as novidades quando existam representantes da GNSO.

IAN SHELDON

Algum comentário para fazer?

SUSAN PAYNE

Obrigada, Gemma. Eu acho que, sim, fui convidada a participar da reunião da quarta-feira, e talvez chegue um pouco tarde, porque acho que vem uma sessão imediatamente depois do conselho da GNSO com o Board. Então, espero poder sair dessa reunião a tempo e talvez não possa dar respostas muito concretas. Bom, na realidade, já sei que não vou poder fazê-lo.

Mencionamos que estamos trabalhando para ver como atribuir prioridades entre os diferentes assuntos dentro da carga de trabalho da GNSO e algo que está lá tem a ver com a revisão do UDRP. Então, primeiro devemos acordar de que forma vamos ver como podem subir as coisas para saber qual a prioridade número um. E como equilibramos o trabalho com esse trabalho adicional.

Aqui falamos que é do SSAD, o segundo PDP, sobre uso indevido do DNS, então estamos trabalhando principalmente no uso indevido do DNS, mas o UDRP faz parte disso também. Não posso falar mais

muita outra coisa agora, porque está o tema de se o UDRP se estende para outros direitos ou não. Isso é algo que a GNSO não pode responder, ou não pode responder ao conselho da GNSO, porque é um tema que vai fazer parte potencialmente de um PDP, e vamos ter que conversar e chegar a consenso para ver se vai ficar isso desse jeito ou não. Esperemos que seja uma resposta suficiente nesse momento e continuamos falando na quarta-feira.

IAN SHELTON

Bom, parece que vamos falar bastante de assuntos profundos. Acho que, então, estou dando uma olhada. Vamos encerrar? Se alguém quiser fazer algum comentário.

SEBASTIEN DUCOS

Quero lembrar a todos que vamos ter a discussão sobre o DNS e nós estivemos tentando garantir que os líderes de cada tema estejam em contato com os líderes dos temas do nosso lado, mas acho que foram indicados hoje. Pudemos apresentar cada um dos temas de discussão, então podem entrar em contato com o coordenador de ligação, Manal, Ian, Rida, se quiser, não esperem poder fazê-lo somente três vezes por ano nas reuniões públicas, mas fazê-lo, e se comunicar com qualquer um de nós.

IAN SHELTON

Apoio esse comentário. Acho que viajamos muito e é importante manter essas reuniões presenciais, mas também se há pontos de contato, alguém que é responsável de um assunto pode entrar em

contato diretamente. Nós vamos ajudá-los a partir das autoridades para continuar com esse sistema. Acabamos a sessão. Obrigado. O GAC sempre desfruta e agradece o tempo oferecido pela GNSO. Isso foi muito produtivo. Mais uma vez, obrigado. Queremos agradecer a todos os colegas da GNSO. Muito obrigado. Vamos agora para uma pausa de 30 minutos e voltamos às 15.